



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 60, relativa a 15 de fevereiro;*
 3. *Definição da metodologia de trabalho relativamente à especialidade da PPL n.º 42/XIII/2.ª, que «Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida».*
- 11:00 Audiência da Associação Portuguesa de Fertilidade, para «Apresentação das suas preocupações» no âmbito da temática da fertilidade;*
- 11:45 Audiência da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, para «Apresentação de uma proposta relacionada com o tema da morte súbita e sua prevalência em Portugal».*

1. Informações

A Deputada Carla Cruz lembrou que, estando agora constituído o Grupo de Trabalho sobre as parcerias público/privadas na área da saúde, cuja criação foi requerida pelo PCP, é necessário dar início aos respetivos trabalhos.

A Deputada Ângela Guerra disse estar a aguardar o agendamento da visita ao Algarve, requerida pelo PSD, «*com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) naquela região*», que considera urgente face ao agravamento da situação, com a demissão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve.

O Presidente referiu que o requerimento do PSD solicitava a realização da visita até ao final do mês de março, mas que tentará agendá-la o mais rapidamente possível. Pediu que o PSD apresentasse o programa para a visita até à próxima reunião, para que possa ser discutido em Comissão.

2. Apreciação e votação da ata n.º 60, relativa a 15 de fevereiro

A Ata n.º 60, relativa ao dia 15 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

3. Definição da metodologia de trabalho relativamente à especialidade da PPL n.º 42/XIII/2.ª, que «Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida»

O Presidente fez um ponto de situação dos trabalhos relativamente à PPL n.º 42/XIII/2.ª, que baixou à Comissão na especialidade a 6 de janeiro. Deu conta de que a Comissão dispõe dos pareceres do CNECV e do CNPMA, que foram pedidos a estas entidades pelo Governo, não havendo audiências que tenham sido solicitadas sobre esta iniciativa. Fixou um prazo, até dia 3 de março, para que os Grupos Parlamentares possam apresentar propostas de pedidos de parecer ou audições, se assim o entenderem.

11:00 Audiência da Associação Portuguesa de Fertilidade, para «Apresentação das suas preocupações» no âmbito da temática da fertilidade

O Presidente deu as boas vindas à representante da Associação Portuguesa de Fertilidade (APF) nesta audiência, Joana Freire.

A Dr.ª Joana Freire fez uma [apresentação](#) em *power point*, abordando o tema da prevalência da infertilidade, explicando os projetos da APF e as medidas que preconiza para melhorar o acesso dos doentes às técnicas de PMA, designadamente no que se refere ao número de ciclos e à idade, bem como o reforço da rede de centros de PMA. Falou também dos tempos de resposta, do encaminhamento de casais para o privado e da falta de regulamentação da gestação de substituição.

A Deputada Fátima Ramos felicitou a APF pelo seu *síte* e pelo trabalho que tem realizado, que tem ajudado a colocar a questão na agenda política e contribuído para o apoio aos casais inférteis, considerando que, face ao alargamento dos beneficiários das técnicas PMA, se justifica o aumento da capacidade dos centros. Perguntou o que pensa a APF sobre a priorização do acesso, os recursos alocados pelo Estado à PMA, o conhecimento da origem parental, que poderá fazer diminuir o número de dadores, e se o aumento da idade não irá aumentar as listas de espera.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou a APF pelo *síte* e pelo apoio psicológico que tem levado a cabo, dizendo partilhar as preocupações que foram referidas. O tema da PMA tem sido discutido no Parlamento, desde há muito, sempre no sentido de reforçar direitos e melhorar o acesso. É preciso que os centros tenham capacidade de resposta e compreende as sugestões feitas pela APF, sendo algumas



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

controversas, como por exemplo o aumento da idade das mulheres para o acesso às técnicas PMA, mas todas serão debatidas e tidas em conta.

O Deputado Moisés Ferreira saudou a APF, dizendo que a realidade de hoje é melhor que a anterior à aprovação das últimas leis, uma vez que o acesso foi alargado a todas as mulheres e está prevista a gestão de substituição, aguardando-se a regulamentação. Considera que terá de haver um reforço do SNS para esta temática, com mais centros públicos, especialmente a sul, e angariação de novos dadores através de campanhas. Apoia o aumento da idade das mulheres para o acesso às técnicas PMA e entende que já existia a rastreabilidade genética dos dadores, por questões de saúde, pelo que a criança já podia vir a conhecer os progenitores, mas a genética não substitui os laços afetivos.

A Deputada Patrícia Fonseca cumprimentou a APF, dizendo que acompanha as preocupações da Associação e partilha muitas delas. Disse que há um ano o CDS-PP apresentou um PJR que visava o aumento do número de ciclos, que foi rejeitado. O CDS-PP está disponível para voltar a apresentar esta iniciativa e analisar com detalhe todas as outras propostas apresentadas.

A Deputada Carla Cruz manifestou-se no sentido de partilhar grande parte das preocupações da APF. O PCP continuará a acompanhar a temática e a exigir respostas ao nível da acessibilidade no SNS, porque este deve cumprir os princípios da universalidade e gratuidade.

A Dr.ª Joana Freire respondeu às questões colocadas, manifestando a opinião de que tem de se usar de bom senso no que respeita às prioridades nas listas de espera e reforçados os recursos humanos, para as diminuir.

Pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Ângela Guerra, Patrícia Fonseca, Maria Antónia Almeida Santos, Carla Cruz e Moisés Ferreira, tendo a Dr.ª Joana Freire respondido às questões, dizendo no entanto que, em relação a algumas delas, não tinha vindo munida com dados para responder. Concluiu referindo que a criança é a principal preocupação da APF e agradecendo a todos os Deputados, porque têm sido parceiros nesta luta.

O Presidente agradeceu à Dr.ª Joana Freire a vinda à Comissão e as informações prestadas.

A gravação da audiência está disponível no seguinte *link*:



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudiencia.aspx?BID=104139>

11:45 Audiência da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, para «Apresentação de uma proposta relacionada com o tema da morte súbita e sua prevalência em Portugal»

A Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) esteve representada pelo seu Presidente, Miguel Mendes, que se fez acompanhar pela Secretária Geral, Regina Ribeiro.

O Presidente da SPC explicou que a Sociedade, no que respeita aos temas em análise, está focada na prevenção e deu conta dos protocolos assinados entre a Direção Geral da Educação, o Ministério da Saúde e o INEM e que visam o ensino do suporte básico de vida nas escolas. Existem já 270 docentes formados para treinar alunos, mas seriam precisos 1.600. Estão portanto a ser dados os primeiros passos num caminho longo. A aplicação dos desfibriladores automáticos externos (DAE) também deveria estar incluída nessa formação, mas tal ainda não acontece. Defende uma formação mais abrangente, para toda a população, com especial enfoque na área da segurança e educação e também que a legislação sobre DAE seja alterada no sentido de exigir mais desfibriladores, por exemplo nos locais onde se pratique atividade física. A SPC tem reunido com escolas, para discussão de propostas concretas, e gostaria também de ser um elo de ligação com o Parlamento.

O Deputado José António Silva disse reconhecer o trabalho levado a cabo pela SPC, sendo preocupante a questão da morte súbita. Porque muitas vezes é a arritmia que leva a esta situação, pensa ser muito importante que haja formação para aplicação do DAE. É preciso envolver os cidadãos, alargar a formação nestas áreas, pois isso possibilitará salvar mais vidas.

O Deputado António Sales agradeceu o trabalho da SPC, considerando também muito relevante que mais cidadãos estejam preparados e formados sobre suporte básico de vida e aplicação do DAE, lembrando que, por exemplo na Suíça, para tirar a carta de condução é necessário ter formação sobre estes temas. Perguntou que rastreios pensam que devem ser implementados, o que tem feito a Sociedade neste campo, que investimentos seriam necessários na área da literacia em saúde, como está a funcionar a formação nas escolas e o que pode fazer o Parlamento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Patrícia Fonseca disse considerar o tema relevante e perguntou que conclusões foram retiradas dos *workshops* realizados nas escolas e se poderiam ser enviadas à Comissão. Abordou ainda a questão da formação em primeiros socorros nos locais de trabalho, perguntou o que se passa no desporto amador e também federado, e se as patologias podem ser detetadas nos exames que atualmente são feitos.

O Deputado João Ramos cumprimentou a SPC e disse ser consensual que é necessário encontrar medidas que possam responder à dimensão do problema da morte súbita, perguntando como podem os Deputados contribuir para ajudar a melhorar a situação.

O Presidente disse que a Comissão de Saúde está disponível para que sejam apresentadas nesta sede, pela SPC, as conclusões do trabalho feito com as escolas.

O Presidente da SPC agradeceu o interesse pelo tema e disse desconhecer que haja uma estratégia nacional nesta área, acrescentando que do lado da saúde há atividade, mas que do lado dos professores não está a haver muita recetividade. Falou do que se passa na área do desporto e lembrou que nem tudo é diagnosticável pelos exames, pois a história familiar também interfere. A SPC apoia rastreios à população, a formação dos profissionais da saúde e as ações de sensibilização. Está disponível para trazer as conclusões do trabalho com as escolas à Assembleia da República, mas gostaria de o fazer numa reunião conjunta da Comissão de Saúde com a Comissão de Educação e Ciência.

A Dr.ª Regina Ribeiro acrescentou algumas informações e fez comentários relativamente às medidas que poderiam ser tomadas para que o conhecimento sobre o suporte básico de vida fosse encarado como um dever de cidadania, lembrando que a aplicação do DAE tem de ser desmitificada, pois não apresenta complexidade. Salientou a importância de reanimar em tempo útil, e por isso é importante que muitos possam aplicar o DAE, pois se não é feita em tempo pode deixar lesões muito graves. Reiterou a necessidade de campanhas de sensibilização e da prevenção.

O Presidente agradeceu a vinda da SPC à Comissão e todas as informações e esclarecimentos prestados.

A gravação da audiência está disponível no seguinte *link*:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudiencia.aspx?BID=104140>



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 fevereiro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 62/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
João Ramos
Laura Monteiro Magalhães
Patrícia Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Miguel Santos